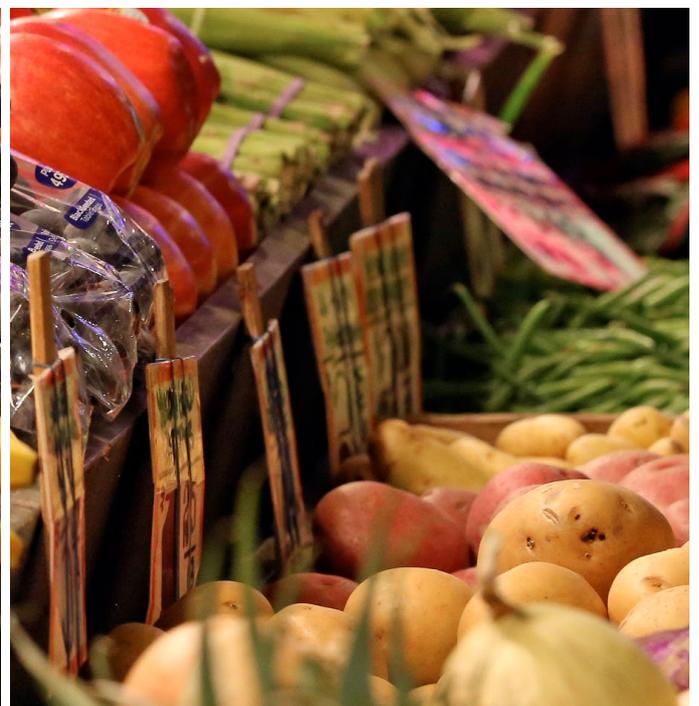




COMIDA
DO AMANHÃ



Cúpula 2021

DIÁLOGOS SOBRE OS SISTEMAS ALIMENTARES

FORMULÁRIO DE RESPOSTA OFICIAL

O presente documento é uma sistematização das discussões do Diálogo Independente dos Sistemas Alimentares, realizado pelo WWF-Brasil e o Instituto Comida do Amanhã, com a curadoria de Paulo Durval Branco, no dia 06 de julho de 2021. Este documento é uma replica exata do material submetido oficialmente por estas organizações na plataforma dos Diálogos dos Sistemas Alimentares, visando contribuir para as discussões da Cúpula dos Sistemas Alimentares, mas também outras que digam respeito à promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis.

Os Formulários de Resposta Oficial têm QUATRO SEÇÕES PRINCIPAIS:

1. Participação

2. Princípios de Envolvimento

3. Método

4. Foco e Resultados do Diálogo

a. Foco Principal

b. Principais Conclusões

c. Resultados do Tópico de Discussão

d. Áreas de Divergência

Agradecimento especial a todos os participantes e aos facilitadores e sistematizadores, que generosamente dedicaram seu tempo e conhecimento a esta discussão tão importante, e a Paulo Durval Branco, pelo apoio e curadoria técnica, assim como às equipes do Instituto Comida do Amanhã e WWF-Brasil, pela organização do evento.

DATA DO DIÁLOGO	06/07/2021
Título do Diálogo	Os desafios presentes, e os mecanismos necessários para garantir justiça e sustentabilidade nos sistemas produtivos alimentares e no seu acesso às cadeias de distribuição
Convocado por	WWF-Brasil e Instituto Comida do Amanhã
Curadoria	Paulo Durval Branco, Diretor Técnico do IIS – Instituto Internacional para Sustentabilidade
Link para a página da Web do evento do Diálogo no Portal	https://summitdialogues.org/dialogue/5883/



Venda de açai em um mercado de rua, em Belém do Pará, PA. O açai é uma pequena fruta da amazônia brasileira, muito rica em nutrientes e antioxidantes
© Dado Photos

1. PARTICIPAÇÃO

NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES								50				
Número de participantes de cada faixa etária	0-18	0	19-30	1	31-50	37	51-65	11	66-80	1	80+	0
Número de participantes por sexo	Masculino	29	Feminino	21	Prefere não dizer e outro			0				
Número de participantes em cada setor												
Culturas				10	Venda a retalho de alimentos			0				
Peixe e aquicultura				0	Indústria alimentar			3				
Pecuária				2	Serviços financeiros			1				
Agrossilvicultura				2	Saúde			3				
Ambiente e Ecologia				25	Governo nacional ou local			8				
Comércio				4	Serviços de utilidade pública			2				
Educação				14	Industrial			0				
Comunicação				6								
Transformação alimentar				10								
Outros (indique):												
<ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia 2; • Tecnologias Apropriadas 1; • Desenvolvimento rural sustentável, • Acesso a mercados (público e privado) para empreendimentos da agricultura familiar 1; • OSC 1; • Produção Orgânica 1; • Agricultura Orgânica 1; • Valorização da agrobiodiversidade quilombola 1; • Ativismo Socioambiental 1; • Banco de Alimentos 1 												
Número de participantes de cada grupo de partes interessadas												
Pequena/média empresa/artesão				14	Membro do Parlamento			2				
Grande empresa nacional				3	Autoridade local			6				
Corporação multinacional				0	Governo e instituição nacional			7				
Pequeno agricultor				31	Comunidade Económica Regional			9				
Médio agricultor				0	Organização das Nações Unidas			4				
Grande agricultor				3	Instituição financeira internacional			1				
Organização Não Governamental local				23	Fundação privada/parceria/aliança			7				
ONG internacional				8	Grupo de consumidores			10				
Povo indígena				7								
Ciências e mundo académico				11								
Trabalhadores e Sindicato				0								

Outros (indique):

- Comunidade que Sustenta a Agricultura 1;
- Gestores Públicos, políticas públicas com todos os elos da cadeia de agroecologia e alimentação escolar 1;
- Povos e comunidades tradicionais, em específico quilombolas 1;
- Varejo de alimentos 1;
- Governo estadual - extensão rural e políticas públicas 1;
- Jornalista 1;

2. PRINCÍPIOS DE ENGAJAMENTO¹

2.1 Como a organização deste diálogo garantiu que os Princípios fossem incorporados, reforçados e aprimorados?

O Diálogo foi realizado por duas organizações – WWF-Brasil e Instituto Comida do Amanhã – com visões e missões complementares, mas incidências diferentes na promoção de sistemas alimentares sustentáveis. A curadoria foi de Paulo Durval Branco, representante de uma organização (IIS) com experiência em diversos elos da cadeia de valor dos alimentos. Os facilitadores de cada grupo foram treinados na metodologia dos Diálogos dos Sistemas Alimentares e possuem experiência nos respectivos tópicos de discussão.

O conjunto formado neste diálogo, trouxe multiplicidade de visões, atores e linhas de atuação necessárias para a construção de soluções urgentes em direção a sistemas alimentares mais sustentáveis, resilientes e inclusivos. Houve um cuidado especial em convidar participantes que refletissem a diversidade dos sistemas alimentares atuais, tanto do ponto de vista setorial, quanto territorial e de gênero, além da representação de movimentos sociais de base e agroecológicos.

Para promover um espaço horizontal e seguro de fala, o evento aderiu às regras Chatham House, preservando a identidade dos participantes e suas organizações.

2.2 Como este diálogo refletiu aspectos específicos do Princípios?

O tema central que dá nome ao Diálogo, assim como os temas de discussão dos pequenos grupos, refletem especialmente os princípios de ‘urgência’, ‘multiplicidade de atores’ e ‘complementaridade’. A forma de organização e condução reflete todos os princípios diretamente.

Os temas de discussão nos pequenos grupos foram:

- Acesso à Terra e Segurança Jurídica;
- Assistência Técnica e Extensão Rural;

¹ <https://summitdialogues.org/overview/un-food-systems-summit-principles-for-engagement/>

- Financiamento;
- Acesso à Mercados;
- Relações Justas;
- Comunicação;
- Informação;
- Educação aos Consumidores e Conceituação de Boas Práticas.

As discussões propostas, assim como as perguntas norteadoras, foram uma alavanca para discussões que refletem os princípios centrais da Cúpula.

O conjunto de participantes foi diverso e selecionado para incluir representantes de setores, organizações e ideologias consideradas prioritárias para a construção de soluções. Houve participação efetiva dos convidados, muita qualidade nas discussões em grupo e na plenária, que serão melhor descritas a seguir.

2.3 Gostaria de compartilhar algum conselho com outros organizadores de Diálogos sobre a aderência aos Princípios de Engajamento?

É importante constituir um grupo para organização e curadoria do Diálogo com múltiplas visões, para que o processo de conceituação do evento seja abrangente desde o início e capaz de acolher as diferentes posições que invariavelmente surgirão em um diálogo saudável.

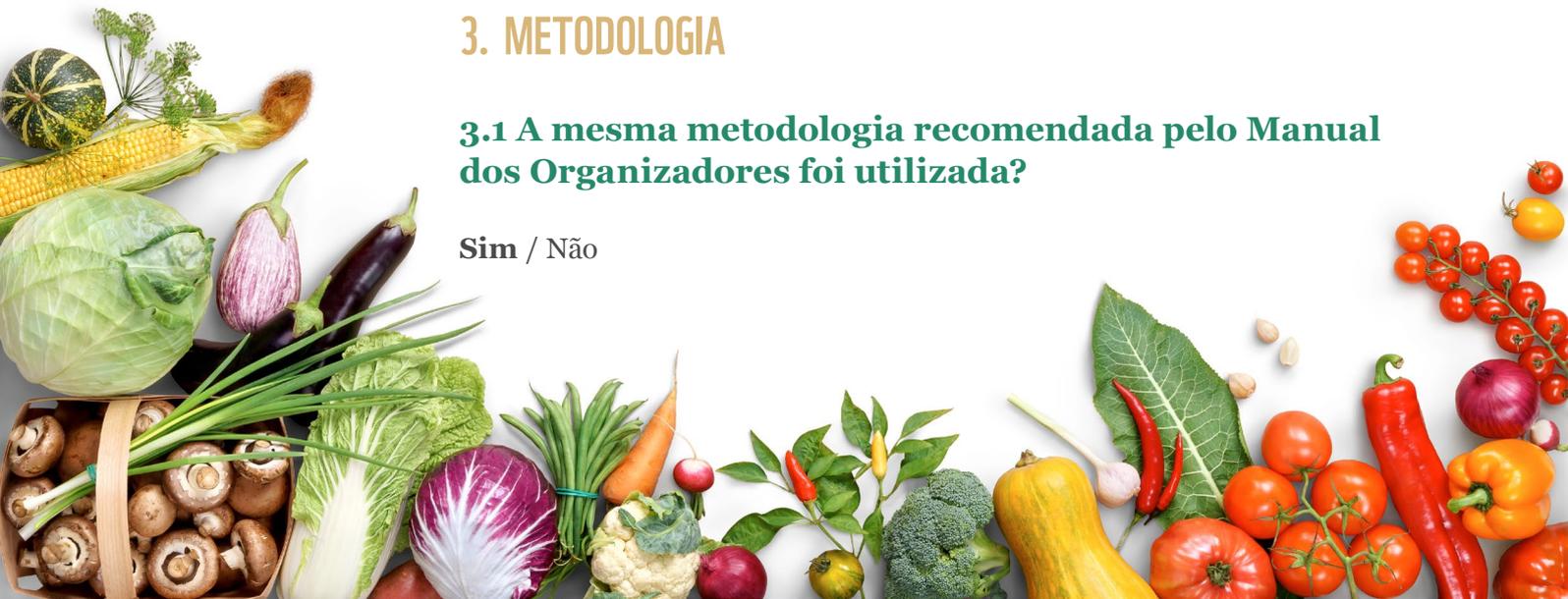
Os facilitadores devem conhecer os temas que facilitarão, mas também é importante que tenham afinidade para a moderação de grupos e poder de síntese para o bom aproveitamento da contribuição de todos dentro do tempo proposto.

Para diálogos fechados, é essencial desenhar uma lista de convidados diversa que contemple a complexidade dos sistemas alimentares e fazer um bom acompanhamento de RSVPs, lembretes e orientações prévias.

3. METODOLOGIA

3.1 A mesma metodologia recomendada pelo Manual dos Organizadores foi utilizada?

Sim / Não



4. RESULTADOS DO DIÁLOGO

4.1 Foco principal. Detalhe o foco do seu Diálogo.

Por exemplo, poderia ser (i) uma exploração abrangente dos sistemas alimentares, (ii) uma exploração de uma das cinco Vias de Ação ou alavancas de mudança da Cúpula, (iii) exame das ligações entre uma ou mais das Trilhas de Ação e alavancas de mudança, (iv) ou outro tema específico.

Considerando o avanço crescente da desnutrição e da fome no Brasil – e a degradação ambiental provocada pela produção agrícola de alimentos para consumo humano direto ou não é possível afirmar que há uma inconsistência latente nos sistemas alimentares brasileiros: além de não atender as necessidades nutricionais da população, a produção agropecuária impede o alcance das metas nacionais e globais referentes à mudanças climáticas e perda de biodiversidade.

Aqueles que produzem alimentos saudáveis e socioambientalmente responsáveis, como os sistemas agroecológicos e agroflorestais de produção, por exemplo, destinados à manutenção da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira, enfrentam grandes desafios como o mais primordial acesso à terra, a disponibilidade limitada ou quase inexistente de assistência técnica e extensão rural, a necessidade de resistir a um modelo predominantemente dependente do uso excessivo de agrotóxicos, as relações desiguais com compradores e ou a dificuldades de acesso à mercados, entre outros. Há um cenário de heterogeneidade, insegurança e incerteza no campo, que precisa ser revertido com urgência.

O objetivo geral deste diálogo se refletiu nos tópicos de debate a seguir:

1. Acesso à terra / segurança jurídica

Os produtores têm garantido seu acesso à terra, com mecanismos e ferramentas jurídicas que lhes dão segurança, afastadas as disputas e violência no campo.

2. ATER e extensão rural / tecnologia inclusiva

Os produtores contam com assistência técnica (ATER) adequada e frequente, e têm acesso a tecnologias que impulsionam a produtividade e diminuem os impactos ambientais da produção, tornando-os cada vez mais resilientes tanto às mudanças climáticas quanto às oscilações de mercado.

3. Mecanismos financeiros

É possível garantir a produção de alimentos saudáveis de forma sustentável

graças à existência de investimentos privados e públicos, realizados através de critérios claros e com modelos de governança que garantem relações justas.

4. Relações justas de mercado

Existem todas as condições para que as relações entre produtores, consumidores e demais elos da cadeia de alimentos sejam sempre justas e estabelecidas em horizontalidade, independentemente de um canal de compra direta.



Agrofloresta na região amazônica com uma variedade de culturas tropicais como banana, castanha-do-pará, cupuaçu, mamão papaia, abacaxi, mandioca e mais
© Alexandre Laprise

5. Ampliação da escala e acesso à mercados institucionais e privados

Pequenos e médios produtores orgânicos e agroecológicos têm acesso a mercados e conseguem garantir o escoamento da sua produção através de modelos escaláveis, fazendo com que modelos de produção sustentáveis e locais possuam a devida resiliência financeira.

6. Comunicação, educação e transparência para os consumidores

Os conteúdos de comunicação e educação sobre sistemas alimentares e modos de produção de alimentos são elaborados com transparência, informações verdadeiras e relevantes, sem conflito de interesses, garantindo que os consumidores compreendam os impactos dos sistemas produtivos e suas alternativas.

7. Produção sem desmatamento e conversão (“Afinal, o que é uma produção sustentável de alimentos?”)

A população sabe que é possível e necessário produzir alimentos sem desmatar ou converter ecossistemas naturais, com baixa ou zero emissão de GEE e sem perda de biodiversidade. É entendido que a agricultura depende da floresta – e existe consenso, mecanismos de monitoramento, dados e indicadores, ferramentas e estruturas para o desenho e a implementação de modelos de produção que atuam nesse novo paradigma.

O Diálogo, portanto, é diretamente relacionado a duas vias de ação específicas:

- VA3 – Impulsionar a Produção Positiva para a Natureza
- VA4 – Promover Meios de Subsistência Equitativos

Reconhece ainda a interconexão inerente a todas as VAs, buscando dar visibilidade a soluções que já representam estas diretrizes, como a produção agroecológica e comunidades que sustentam a agricultura, por exemplo, mas também aos entraves para seu ganho de escala e as possíveis soluções coletivas para superá-los.

4.2 Vias de ação

- 1 – Mudar para Padrões de Consumo Sustentáveis
- 2 – Impulsionar a Produção Positiva para a Natureza
- 3 – Promover Meios de Subsistência Equitativos

4.3 Palavras-chave

	Dados e evidências		Direitos humanos
	Meio Ambiente e Clima		Inovação
	Finança		Política
	Governança		

4.4 Principais descobertas

Compartilhe a percepção das principais descobertas (ou conclusões) que surgiram do Diálogo. Por exemplo, suas principais descobertas podem detalhar a) a necessidade de estabelecer novas conexões entre certas partes interessadas, b) um acordo sobre as ações que as partes interessadas realizarão em conjunto (expressas como intenções ou compromissos), c) uma decisão para explorar aspectos específicos dos sistemas alimentares em maior profundidade.

Houve consenso sobre a conceituação da agricultura mais sustentável. As práticas apontadas como prioritárias para estudo e valorização foram as:

- Agroecológicas
- Agroflorestais
- Orgânicas
- Regenerativas
- Que respeitam a soberania e os saberes dos povos e comunidades tradicionais
- Que provém das gerações de agricultores familiares

Estas são práticas que tradicionalmente produzem comida saudável e sustentável para a população brasileira e necessitam de assistência técnica adequada, incentivos financeiros, facilidade de acesso a mercados mais justos, esforços em termos de informação e educação para conscientizar a sociedade de seus benefícios. Só assim será possível promover, de fato, sistemas alimentares mais sustentáveis.

O mapeamento das dificuldades enfrentadas por estes produtores seguiu na mesma linha entre todos os grupos, pautados pela falta de reconhecimento e valorização pelos diversos segmentos da sociedade. Uma questão chave, que permeia todas as discussões, foi a ameaça iminente do desmantelamento de políticas públicas e direitos conquistados. O cenário atual é mais pautado na resistência do que na postura propositiva. Por isso, iniciativas de auto governança, que apoiem a articulação de movimentos sociais são essenciais.

*Plantação agroecológica
em Petrópolis, RJ*
© Caio ACO



Conflitos fundiários geram insegurança para povos e populações tradicionais, assim como para pequenos agricultores, ameaçados de perderem seus territórios, locais de onde tiram seu sustento e onde vivem suas famílias. Do ponto de vista da assistência técnica, se destaca a ausência de mecanismos frequentes e adequados às diferentes realidades regionais, culturais e territoriais. Tais mecanismos são essenciais tanto para a manutenção e expansão das iniciativas já existentes, quanto para a transição de produtores que desejam se tornar mais sustentáveis em suas práticas.

Em termos de mecanismos financeiros, os desafios estão no acesso a créditos públicos, que são dispersos e de difícil acesso aos pequenos produtores, com taxas e condições inadequadas aplicadas pela iniciativa privada.

Ao falar de acesso à mercados e relações mais justas entre produtores e compradores, a baixa efetivação de políticas e programas de compras públicas voltadas para a agricultura familiar se destaca. As relações desiguais e a dificuldade de acesso a mercados privados impossibilitam a remuneração justa dos produtores e, portanto, ameaçam a sua permanência no campo.

Do ponto de vista de consumidores, existem assimetrias de renda e acesso à produtos saudáveis e sustentáveis. Investimento em educação apoiaria uma melhor interpretação das informações enviesadas sobre o agronegócio industrial, esclarecendo ainda os motivos para a valorização dos produtos de agricultura sustentável.

Há também linhas claras de convergência sobre as soluções já existentes que precisam ser fortalecidas, assim como as que precisam ser criadas.

As soluções propostas são interdisciplinares e complementares. A ação urgente e direcionada nestas linhas, pode mudar a trajetória do nosso sistema alimentar através de parcerias, papéis bem definidos e responsabilidades claras.

A atuação dos órgãos públicos deve garantir os direitos já conquistados, e acompanhar a execução de políticas e programas públicos voltados para a agricultura familiar, tradicional, orgânica e agroecológica, com ações de fiscalização.

As organizações da sociedade civil e movimentos de base precisam intensificar as suas atuações com o apoio de outros atores como ONGs, academia e a iniciativa privada, para construir narrativas que aproximem os consumidores destas causas.

Iniciativas como as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), a Catrapovos, os grupos de consumo, as feiras orgânicas e agroecológicas, e a agricultura urbana em espaços públicos são modelos já existentes que podem subverter a lógica atual de produção e consumo, trazendo tanto uma remuneração mais justa aos produtores quanto a aproximação dos consumidores (no caso de CSAs, co-agricultores) Há diferentes realidades de consumo, e cada solução pode ser mais aplicável ou mais urgente dependendo do contexto.

Para a manutenção e expansão destas iniciativas, é necessário assistência técnica adequada e frequente, responsabilidade conjunta do poder público, academia e organizações da sociedade civil, assim como articulações que permitam intercâmbio de conhecimentos entre produtores e associações, bem como a sua permanência após o fim de qualquer projeto.

Por fim, o foco em termos de educação e comunicação deve ser a valorização das soluções reconhecidas, e a busca pelo desenvolvimento de projetos e ferramentas que possam ser sistematizadas e divulgadas. Precisamos concentrar esforços em exaltar a sociobiodiversidade brasileira e quem a preserva.

4.5 Resultados para cada tópico de discussão

Compartilhe os resultados relacionados a cada tópico de discussão. Os resultados detalhados aqui incluirão os pontos de vista dos participantes sobre as ações que são urgentemente necessárias, quem deve tomar essas ações, maneiras pelas quais o progresso pode ser avaliado e os desafios que podem ser antecipados à medida que as ações são implementadas.

1. Acesso à terra / segurança jurídica

Se percebe uma falta de reconhecimento, tanto por parte das instituições quanto pela sociedade civil, do direito à terra pelos produtores, em especial pelas populações tradicionais – direito que é garantido, ao menos formalmente, pela constituição brasileira. Essa falta de reconhecimento, aliada a especulação imobiliária no campo e nas cidades, gera insegurança e violência no campo.

Também não se percebe a importância da garantia deste direito para a promoção de práticas produtivas mais sustentáveis, embora a importância deste reconhecimento coletivo e da efetiva defesa de direitos humanos deva ir além de questões relacionadas à produção – povos e comunidades tradicionais não necessariamente se auto identificam somente como produtores rurais, e a sua relação com a terra vai além disso, embora o conhecimento histórico de uma relação harmoniosa com a natureza – que se materializa também na produção sustentável de alimentos – possa e deva ser valorizado.

Há três pontos importantes neste debate. Primeiro, a necessidade de fortalecer e fazer cumprir políticas públicas que garantam o direito à terra e o uso e a permanência no território, e assim garantir que os povos de comunidades tradicionais e os pequenos agricultores possam o direito de viver da forma como acham correto, lhes garantindo a soberania sobre os territórios onde vivem. E para isso, é preciso que as instituições competentes – como Ministério Público e Supremo Tribunal Federal, por exemplo – sejam capazes de atuar eficazmente na implementação de políticas públicas como a demarcação de terras, na articulação e em mecanismos de denúncia e fiscalização da lei.

Por outro lado, o segundo ponto destacado é o cenário político atual, que não só dificulta a implementação de ferramentas existentes como constantemente cria ameaças de retrocessos aos direitos conquistados. Observa-se o sucateamento de órgãos importantes como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), assim como de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para isso, apresenta-se como solução a valorização de iniciativas locais, individualmente, mas também a promoção de trocas e oportunidades de vinculação entre pequenos grupos, para que se constituam ações coletivas fortes o suficiente para resistir conjuntamente. Além disso, é essencial angariar apoio da sociedade civil, buscando um engajamento genuíno e emocional, sem promover a polarização e apoiado em fortes narrativas para que a sociedade influencie o sistema jurídico de maneira favorável, se manifestando contra retrocessos iminentes, mas também fazendo escolhas diferentes nas eleições de futuros representantes.

E finalmente, embora o momento atual seja principalmente de resistência, são sugeridas como prioritárias soluções como a elaboração de ferramentas para o mapeamento, conexão e visibilidade das iniciativas existentes – como projetos já existentes de mapeamento de tecnologias sociais – de modo a identificar aqueles que já estão estabelecidos, sua produção de alimentos, o que perdem quando há invasões, assim como quem não consegue mais acessar a política pública, e que ajudem a identificar as fortalezas e os desafios de ambas as partes.

Além disso, um mapeamento de iniciativas territoriais que envolvam indicadores econômicos, ambientais e sociais, como o quanto de renda essas ações movimentam, quantos empregos geram localmente, qual o impacto delas em índices de alfabetização, quais territórios essas organizações ajudam a conservar, entre outros, podem fortalecer apoiar o planejamento de ações e investimentos futuros, assim como fortalecer a luta pela reivindicação de direitos e a narrativa necessária para engajamento da sociedade.

Distribuição de alimentos durante ação social na cidade de Salvador, Bahia
© Joa Souza



2. ATER e extensão rural / tecnologia inclusiva

A assistência técnica e extensão rural é fundamental para o desenvolvimento de soluções produtivas mais sustentáveis, tanto do ponto de vista de ganho de escala de modelos e tecnologias já existentes, como para o apoio à transição para novos modelos mais saudáveis e sustentáveis socioambientalmente.

No entanto, observa-se tanto a falta de assistência, em especial as que permitam práticas orgânicas e agroecológicas, quanto a infrequência em sua oferta de maneira geral, assim como a presença de vieses nos modelos atuais mais frequentemente disponíveis, que muitas vezes reforçam modelos produtivos baseados em monoculturas e dependentes de agrotóxicos, por exemplo.

É necessário aumentar a capilaridade e o acesso a assistência técnica, assim como a sua frequência e constância. Mas ao mesmo tempo, identifica-se que a qualidade da assistência técnica oferecida aos produtores precisa ser melhorada, com a devida atenção ao conhecimento das particularidades de cada região, seus solos, clima e disponibilidade de espécies nativas. Em especial, destaca-se a necessidade de fortalecimento das especializações em uma área técnica como agroecologia e que sejam desenvolvidos treinamentos específicos para as particularidades da agricultura familiar. Em sua constituição, as atividades de assistência precisam focar simultaneamente em qualidade ambiental e sustentabilidade da produção sob seus diversos aspectos: econômico, social e ambiental.

Outro ponto chave do debate é a necessidade da promoção de ações de assistência técnica que sejam emancipatórias, de forma que os produtores consigam dar continuidade ao trabalho após o fim de um projeto específico. Sob esta ótica, surge como solução a criação de mecanismos que permitam a transferência de tecnologia para o produtor em uma lógica de co-criação, em que os produtores que geram a demanda e os técnicos trabalhem para solucionar o problema identificado. Porém, sem deixar de utilizar as tecnologias convencionais já existentes, de maneira que ambas as abordagens sejam complementares.

Ainda sob a ótica de emancipação, é importante trabalhar na formação mais abrangente dos agricultores ao invés de focar unicamente em práticas produtivas. Treinamentos relacionados à gestão financeira e fluxo de caixa, manejo de inventário, assim como no uso de ferramentas digitais que otimizem o trabalho de gestão, construídos e difundidos pensando na realidade dos pequenos agricultores são essenciais, assim como aqueles voltados à governança, liderança e cooperativismo.

Complementarmente, é premente o fortalecimento de redes que permitam a troca de conhecimento entre os produtores e a difusão de práticas agroecológicas e lições aprendidas, assim como a criação de grupos de apoio mútuo que distribuam alguns encargos associados à produção entre diversos produtores ou famílias, como a aquisição de insumos, por exemplo.



Como desafios, foi apontada a dificuldade em estabelecer pontes entre produtores, para compartilhamento de informações, experiências e boas práticas, que pode ser estimulada por ONGs, pela academia e pelos próprios agricultores. Também discutiu-se a dificuldade em obter recursos públicos e privados específicos para implementação de ações de melhoria na agricultura familiar, agroecológica, etc. que pode partir de programas públicos de crédito rural ou da própria iniciativa privada, através de fundos ou de parcerias e finalmente, a dificuldade em sistematizar e difundir conhecimentos relacionados à agroecologia, que também pode ser conduzido em parcerias entre produtores, ONGs, os próprios técnicos e a academia.

3. Mecanismos financeiros

Houve um tempo em que era possível observar a priorização da construção de políticas públicas focadas na produção de alimentos, desenvolvimento agrário e combate à fome. Mesmo com as devidas críticas a este modelo passado, nos últimos cinco anos o cenário se inverteu, tornando-se um tempo de desmonte.

É necessário portanto a consolidação de uma narrativa de reconstrução através de dois caminhos principais: facilitação do acesso ao crédito na iniciativa privada – que ainda possui custos de transação muito elevados – e casar essa necessidade com o alcance do setor público – que ainda não dispõe seus recursos de maneira completamente livre para as organizações. Dessa maneira, torna-se possível, por exemplo, “usar o trator do setor privado de maneira orientada para sistemas de produção mais saudáveis”.

O próprio sistema financeiro, como um todo, está se modificando: exemplo disso são os investimentos ESG, focados no meio ambiente, sustentabilidade e governança. Essa pode ser uma oportunidade significativa, ao longo dos próximos anos, para abrir brechas para o acesso financeiro focado na agricultura familiar e na agroecologia. Deve-se lembrar, entretanto, que os grandes bancos estão envolvidos nessa discussão, o que pode dificultar o avanço dessas pautas.

É essencial olhar de maneira mais justa para políticas públicas relacionadas à produção de alimentos, tais como acesso à terra, regularização fundiária e assistência técnica rural. Uma vez que o produtor tenha um acompanhamento técnico, é necessário criar mecanismos mais facilitados para a concessão de crédito, e o poder público é fundamental nesse contexto.

Entretanto, cada uma das oportunidades oferecidas pelo estado possui um processo específico para ser acessado, então uma desburocratização no acesso a essas oportunidades é urgente.

Agricultores familiares ainda possuem certa dificuldade de acessar o mercado, o que acaba fazendo com que cooperativas assumam esse papel. No caso de redes varejistas, o modelo é bastante assimétrico, pois pagam a eles apenas depois de 30 a 90 dias. Nesse sentido, é extremamente necessário rever práticas comerciais.

Finalmente, o financiamento não precisa acontecer apenas na etapa de produção de alimentos. Ele pode ocorrer também em sua comercialização e beneficiamento. Novos modelos, como financiamentos de entrepostos e agroindústrias podem ser realizados a partir dessa ótica.

Os grandes bancos oferecem créditos a taxas inviáveis, que beiram os 40% ao ano, o que reforça a necessidade de atuação do poder público. Nesse sentido, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) possui informações públicas relativas ao quantitativo de crédito aprovado. Entretanto, também existe uma assimetria relativa às culturas atendidas pelo Programa: enquanto algumas recebem muito investimento, outras recebem um aporte incrivelmente menor, e os bancos de desenvolvimento, tais como o BNDES, acabam não tendo muito apelo para operar na iniciativa pública. Assim, parcerias público-privadas podem ser muito bem-vindas para resolver essa questão.

O debate sobre a essencialidade dos pequenos produtores já existe no ambiente acadêmico: eles são capazes de trazer consequências positivas ambientais e sociais para os sistemas alimentares. Entretanto, metrificar essas consequências ainda é algo muito complexo, e o setor público poderia oferecer subsídios para que essa questão avançasse.

Em última instância, é necessário pensar na extrapolação dos indicadores de produção e produtividade e passar a pensar em desenvolvimento social, regeneração e restauração das paisagens através da produção de alimentos, além dos indicadores mais tradicionais.

4. Relações justas de mercado

A discussão do grupo foi focada em ciclos curtos de produção e consumo, assumindo que essa é uma dinâmica essencial para relações mais horizontais entre as partes, e que incentivam a valorização real da agricultura, tanto do ponto de vista monetário quanto simbólico (que incide diretamente no preço). No entanto, também se reconhece a importância e urgência de melhorias nas relações entre produtores e varejistas, buscando melhores taxas de remuneração.

O estabelecimento de relações mais justas – quando aplicável a lógica de mercado, do ponto de vista econômico – tem um grande potencial para ser uma alavanca, inclusive, para a transição agroecológica ou para agricultura de menor impacto para produtores familiares, afirmação comprovada pela existência de modelos como as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), em que consumidores passam a ser co-agricultores e apoiam e participam da produção de seus alimentos independentemente dos produtos recebidos. Essa garantia é essencial para a promoção da segurança no campo, e o oposto também se aplica; quanto mais flutuações em preços de produtos, maior a dificuldade dos produtores em manter esta atividade ao longo das gerações e de investir – tempo e recursos financeiros e humanos – em melhorias na produção.



Produção de mudas crescendo a partir de sementes
© Shutterstock

As certificações e selos são ferramentas que podem apoiar uma melhor valoração de produtos provenientes de modelos mais responsáveis socioambientalmente, no entanto, a burocracia para a obtenção destas certificações é tão grande que as torna inacessível para a maioria dos produtores. Como proposta, discutiu-se a criação de um selo agroecológico mais simples de ser obtido, ou a criação (ou adaptações aos modelos já existentes) de algum mecanismo que garanta a rastreabilidade e identificação das comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas nos produtos, como um certificado de origem.

Porém, o fato de as certificações já existentes serem credenciadas em programas de compras públicas, que são boas oportunidades de venda para agricultores familiares, orgânicos e agroecológicos, seguiria sendo um entrave. De qualquer forma, outros selos podem apoiar o aumento do reconhecimento e valorização por parte dos consumidores, outro aspecto importante desta equação.

Os consumidores – em especial nos grandes centros urbanos – estão em sua maioria, distanciados da produção de alimentos, não reconhecem a complexidade desta atividade e suas dificuldades, e portanto, não conseguem valorizar devidamente os alimentos, ou diferenciar os modelos de produção. Neste sentido, planilhas abertas de custos em pontos de venda são um exemplo de ferramenta que pode tanto conscientizar os consumidores quanto incentivar uma remuneração mais justa aos agricultores.

Uma maior adesão de consumidores a redes como as CSAs ou grupos de consumo, mais condizentes com a economia solidária do que com a lógica de compras e vendas por atravessadores em um comércio tradicional, garantiria preços justos e o escoamento da produção, reduzindo também os desperdícios na logística.

A partir das experiências de vendas diretas e entregas em domicílio, que floresceram durante a pandemia, mostra-se que é preciso e possível aproximar a relação entre produtor e consumidor para além da compra, garantindo condições para que consumidores possam conhecer de fato quem produz esse alimento, visitar as áreas de produção, descobrir quais são as dificuldades e assim, valorizar essa atividade essencial.

Mesmo considerando as pessoas mais vulneráveis, que não necessariamente exercem plenamente o seu direito de escolha dos alimentos, a presença de canais mais diretos de consumo ou ferramentas que permitam a aproximação com a agricultura seriam extremamente benéficos e aumentariam o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis.

Em centros urbanos, por exemplo, onde em sua maioria estão os desertos alimentares, a presença de agricultura urbana poderia estar em espaços públicos como escolas, Unidades Básicas de Saúde - UBS, em praças. Esse contato com a natureza, de consumir algo que foi produzido localmente, tem potencial educativo e de garantia da segurança alimentar.

Além da dificuldade de acesso à tecnologia e assistência técnica adequada por parte dos produtores, alguns entraves significativos identificados pelo grupo foram os fluxos logísticos. É preciso consolidar ferramentas online que facilitem o escoamento da agricultura familiar, assim como fundos solidários para compras que estimulem que a compra agroecológica chegue a quem precisa, e mecanismos que estimulem as trocas.

Para a implementação das soluções propostas, cada ente da sociedade tem seu papel, e eles devem ser articulados. As articulações dos conselhos de segurança alimentar são fundamentais para fazer essa conexão da sociedade civil junto aos setores públicos, para que os cidadãos possam reivindicar direitos e pressionar por políticas públicas e subsídios. O setor público, por sua vez, tem a responsabilidade por implantar e acompanhar as medidas e garantir a sua capilarização nos territórios e na própria estrutura pública. A iniciativa privada pode e deve atuar tanto no financiamento de ferramentas voltadas para a agroecologia e agricultura de menor impacto.

5. Ampliação da escala e acesso à mercados institucionais e privados

Foi comentado que existem desafios anteriores ao tema posto para este diálogo, pois muitos agricultores ainda plantam somente para subsistência, não tendo acesso a nenhum mercado. Falar em resiliência financeira com o modelo econômico que vivemos atualmente, com a situação de insegurança alimentar que vivemos é muito difícil.

Precisamos mudar paradigmas e dar o devido reconhecimento ao produtor rural, que hoje é extremamente desvalorizado. Sem isso, como será possível engajar mais pessoas na agricultura urbana, principalmente nas periferias das grandes metrópoles? Como tornar as cidades menos densas?

Outro grande desafio debatido foi sobre a escala dos alimentos e que não devemos ter monoculturas orgânicas. Alimentos não podem ser commodities. E foram discutidos alguns possíveis arranjos que promovem acesso à mercados por parte dos pequenos produtores, mas resta a dúvida – é possível a existência destes modelos em que os pequenos produtores acessem grandes mercados sem que o produto seja voltado a uma elite?

Foi consenso que se torna necessário o apoio incondicional ao trabalho agrícola. Uma iniciativa trazida foi a da Catrapovos na Amazônia, com ciclos curtos de produção, onde a comunidade entrega diretamente nas escolas. Também foi comentado que a Economia solidária e associativa é de extrema importância e deve ser incentivada.

Foi muito discutido que o mercado público deve ser conquistado e incentivado. Precisamos tratar as políticas públicas em exercício como conquista e não como presente se quisermos que elas perdurem. Precisamos aumentar o acesso às compras públicas, assegurar seus orçamentos e entender como complementá-los. Para isso torna-se necessário investir em capacitação no tema compras públicas para agricultores e gestores públicos.

Comentou-se também que para aumentar o acesso dos agricultores familiares às compras públicas e programas de governo como PAA, PNAE e PRONAF é importante que os agricultores estejam organizados em cooperativas.

Outro ponto levantado nesse sentido foi a necessidade de mudança de metodologia das chamadas públicas, que atualmente são realizadas especificando um produto, como por exemplo pés de alface, e não um grupo



Produção de alimentos orgânicos em sistemas agroflorestais, em Petrópolis, Rio de Janeiro
© Luisa Azara

de alimentos, como hortaliças. Deve-se também trabalhar a qualificação do acesso aos dados e monitoramento das compras públicas para que se possa fazer medições e acompanhamento dos programas.

Precisamos rever nossos conceitos e nos apropriar mais dos regramentos e das políticas públicas. É necessário identificar melhor os compradores públicos e qualificá-los, mas atualmente não existem dados para isso. Não há mecanismos de avaliação de satisfação de quem comprou, de quem recebeu.

Para isso, e como medidas propostas de acompanhamento das soluções, deve-se focar em ferramentas que qualifiquem os alimentos oferecidos e avaliar o nível de satisfação de quem consome e de quem compra produtos da agricultura familiar.

Também é necessário monitorar as compras públicas, no intuito de se fazer valer, por exemplo, a obrigatoriedade de compra de no mínimo 30% da agricultura familiar no PNAE. Muitas vezes o órgão faz uma chamada, mas não executa nem a metade do recurso que foi solicitado, deixando o agricultor em uma situação de risco, pois já plantou pensando em atender o pedido. Deve-se acompanhar de perto a devolução dos recursos não gastos com a agricultura familiar.

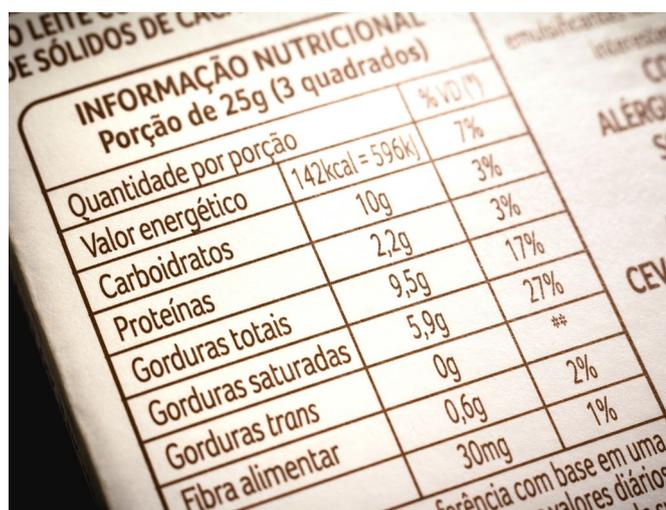
Como implementadores das soluções, escolas, universidades e instituições de ensino têm papel de difusão e produção de conhecimento técnico aplicado, e também na criação de indicadores que possam apoiar narrativas de engajamento, assim como o monitoramento de efetividade das ações.

O governo (federal, estadual e municipal) tem um papel fundamental, tanto na manutenção dos orçamentos dos programas e projetos ligados à agricultura quanto no incentivo, formação e reciclagem de seus extensionistas em agroecologia. Também foi consenso de que a população em geral precisa entender todo o processo e se conscientizar de suas escolhas.

6. Comunicação, educação e transparência para os consumidores

O ponto de partida para essa discussão foi a conceituação do termo “consumidores”, que não pode ser generalista. Em um país tão grande e desigual como o Brasil, aspectos socioculturais, assim como econômicos, fazem com que a relação com os alimentos, a informação, o acesso físico e monetário e os hábitos sejam extremamente diferentes, e portanto, é importante reconhecer que mesmo que ainda de maneira muito simplificada, há um grupo de consumidores que tem muito mais condições imediatas de fazer escolhas por alimentos mais saudáveis e sustentáveis, sendo que outros precisam ter seu direito à alimentação adequada garantido.

Rótulo de um produto com as informações nutricionais
© Rafa Press



INFORMAÇÃO NUTRICIONAL		
Porção de 25g (3 quadrados)		
		%VD*
Quantidade por porção		
Valor energético	142kcal = 596kJ	7%
Carboidratos	10g	3%
Proteínas	2,2g	3%
Gorduras totais	9,5g	17%
Gorduras saturadas	5,9g	27%
Gorduras trans	0g	**
Fibra alimentar	0,6g	2%
	30mg	1%

Também foi discutida a questão de que a linha entre comunicação e propaganda muitas vezes pode ser tênue, e essa dinâmica pode ser observada a nível de produto ou marca, com a auto regulação do setor em afirmações sobre eles – muitas vezes levando os consumidores à conclusões equivocadas – assim como na narrativa presente de que o grande agronegócio é a base da economia e da cultura nacional, o que se consentiu por todo o grupo que não reflete a realidade.

Para fins de regulação da comunicação sob produtos se apontou a necessidade de maior monitoramento das cadeias de valor dos alimentos, em casos de produtos processados, e a importância

de boas práticas e autorresponsabilidade por parte daqueles que provem essa informação – embora este tenha sido um ponto de dúvida perante o grupo. Será a auto regulação possível nestes casos?

Complementarmente a este ponto destacou-se a importância do fortalecimento de ferramentas e órgãos públicos responsáveis por esta regulação. Órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ferramentas como a rotulagem nutricional precisam ser fortalecidos e embasados em ciência, para que cumpram a sua função social.

Em termos de narrativas mais amplas, e para a desconstrução da crença de que a monocultura pautada em desmatamento e conversão, e a agricultura extensiva são os modelos ideais de desenvolvimento e em direção a um maior conhecimento da origem dos produtos, da importância, de fazer escolhas mais sustentáveis para a saúde individual e coletiva e que reflitam a diversidade de alimentos nativos do país, é necessária uma somatória de esforços de todos os atores desta cadeia.

No entanto, um enfoque específico precisa ser dado à educação, que atua de maneira diferente, mais estruturante do que a informação. E por isso é fundamental tanto o fortalecimento de programas de compras públicas para a presença de produtos de base agroecológica e familiar na agricultura escolar para que haja a construção de hábitos e conhecimento por imersão desde cedo até as universidades e cursos técnicos, dos diferentes tipos de produção e os seus impactos positivos e negativos.

Se falou também sobre outra questão essencial – ao afirmar que “boa parte dos consumidores não conhece os alimentos locais, está muito distanciado dos ciclos produtivos, etc.” – estamos desconsiderando o fato de que existem regiões, no campo e na cidade, em que os indivíduos têm sim conhecimento dos alimentos nativos, provenientes da sociobiodiversidade e produção local, e são exatamente estes saberes, e as formas como são transmitidos, seja através das escolas, das famílias, nas feiras etc, que precisam ser valorizados e alavancados como ferramentas importantes para a educação do restante da população que de fato se distanciou dos ciclos naturais.

7. Produção sem desmatamento e conversão (“Final, o que é uma produção sustentável de alimentos?”)

Há dois pontos chave a serem considerados nesta discussão – a falta de incentivo e condições de ganho de escala dos modelos produtivos considerados sustentáveis e a dificuldade em reconhecer alguns deles, devido a uma série de fatores que serão discutidos mais profundamente a seguir.

Com relação às práticas sustentáveis, como a agroecologia, agricultura orgânica e regenerativa, para sua intensificação foram identificadas as necessidades de valorizar as comunidades em suas terras e valorizar seu conhecimento, já que são eles que entendem exatamente como manejar suas terras, condições climáticas e espécies nativas. Inclusive sistematizar e difundir este conhecimento é imperativo para o fortalecimento dessa produção e seu ganho de escala. Quando há assistência técnica ofertada nestes locais, em geral elas tendem a ser pautadas em modelos mais tecnocratas, e “convencionais”, o que é um entrave e um risco para a manutenção destas práticas.

Outro ponto importante a se reconhecer é que cada território tem sua peculiaridade, ainda mais em um país tão extenso quanto o Brasil. Fatores socioculturais e ambientais mudam muito de região para região, e boas práticas na agricultura são diferentes para diferentes povos, culturas e territórios. De qualquer forma, um fortalecimento de ações de pesquisa mais localizadas e mais respeitadas dos saberes tradicionais podem apoiar na construção de indicadores que demonstrem a sua sustentabilidade e potencial de replicabilidade.



Plantação de café em Alfenas, no sul de Minas Gerais, centro da produção de café do Brasil
© T photograph

Como exemplo da dificuldade em conceituação de alguns sistemas, apontou-se o setor de sementes e mudas nativas: enquanto o eucalipto, exótico, tem recursos públicos em abundância para seu plantio, a pesquisa das espécies nativas é perto de zero. Sabe-se que existe uma enorme variedade de espécies autóctones nativas, somente na região do Rio de Janeiro (Mata Atlântica) que não tem registros e não são encontradas facilmente na natureza e que para estimados $\frac{3}{4}$ delas, o risco de extinção não está sendo monitorado pelos indicadores usuais. Menos ainda se sabe sobre suas qualidades.

Para incentivo e ganho de escala das práticas já mais bem estabelecidas, é importante o desenvolvimento e fortalecimento de políticas de incentivo, financeiro e técnico, a essas iniciativas, e aumento do conhecimento por parte tanto dos produtores quanto da sociedade em geral destes programas, para que possam respectivamente, acessá-los e cobrar, civicamente, a sua manutenção e plena execução.



Agricultor analisa o florescimento em plantação de café
© Alf Ribeiro

No sentido de participação social em pautas públicas, se ressaltou a urgência de fortalecer a atuação dos conselhos e comitês públicos, para que ocupem os espaços democráticos de participação pública adequadamente e pressionem para a implementação e cumprimento de leis já estabelecidas e acompanhem possíveis retrocessos. Para isso, identificou-se também a importância do envolvimento também da academia, como parte da sociedade, para a manutenção de debates mais informados e baseados em ciência nestes espaços.

Ainda discutindo o papel dos consumidores e sociedade, é essencial que através de programas educacionais e informação qualificada, se

façam conhecer as diferenças entre os diferentes modelos produtivos e as suas implicações, assim como os produtos locais e provenientes da sociobiodiversidade. Essa valorização e reconhecimento da sociedade também atinge a iniciativa privada, que pode ser um vetor de divulgação e apoio a estas práticas.

Outro ponto importante é que a conceituação de boas práticas, assim como a avaliação do progresso precisa ser um processo mais participativo, envolvendo instituições acadêmicas ou mais técnicas, mas também a sociedade civil, associações de produtores e cooperativas, para a construção de consensos. A narrativa do agronegócio “convencional” é muito bem estruturada, e é importante que haja um entendimento bom o suficiente para ações conjuntas entre o grupo de produtores que aplicam práticas sustentáveis.

4.6 Áreas de divergência

Compartilhe as áreas de divergência que surgiram durante o Diálogo. Uma área de divergência é uma questão em que os participantes têm pontos de vista diversos, opiniões diferentes e/ou posições opostas. Por exemplo, isso pode estar relacionado a a) pontos fortes e vulnerabilidades nos sistemas alimentares, b) áreas que precisam de mais exploração, c) práticas que são necessárias para a sustentabilidade do sistema alimentar, d) partes interessadas cujos interesses devem ser priorizados.

Mesmo havendo majoritariamente pontos convergentes, há uma série de divergências ou pontos a aprofundar futuramente.

Uma questão central diz respeito a um risco de “comoditização” da agricultura orgânica ou agroecológica. Não podemos almejar monoculturas

orgânicas. Em paralelo ao ganho de escala e aumento no número de iniciativas e redes de agroecologia, produção orgânica, etc. é necessário pensar em mudanças mais sistêmicas nos próprios padrões de consumo e relações de mercado.

Outro ponto importante a se discutir com mais profundidade é o papel da iniciativa privada em cada uma das áreas deste Diálogo. Embora ocorreram falas em todos os grupos endereçando as responsabilidades e oportunidades associadas à participação da iniciativa privada, há ressalvas quanto a possíveis conflitos de interesse inerentes a esta atuação. Um exemplo é a questão da possibilidade de haver ou não auto regulação do setor com relação a comunicação de atributos de produtos. É possível esperar que essa comunicação sempre seja feita pensando no bem-estar dos consumidores? E se não, como contornar este conflito de maneira factível? Embora haja iniciativas que apostem nesta auto regulação, o controle social e a regulamentação pública nestes segmentos são essenciais.

Inclusive, embora na maioria dos grupos e temas de discussão este seja um ponto de consenso, o recorte atribuído ao “poder público” também precisa ser melhor delimitado para o melhor endereçamento de ações de engajamento deste setor. Há conflitos de interesse, responsabilidades sobrepostas e pontos cegos nessa enorme estrutura, e identificar quais são os melhores pontos de entrada e atores a engajar nas diferentes esferas do governo é essencial para o alcance de bons resultados.

A colaboração para conceituação de soluções e boas práticas, como já mencionado anteriormente, também é um ponto a ser aprofundado, no sentido de consolidação de possíveis indicadores a considerar na construção de ferramentas de mapeamento de iniciativas e construção de narrativas que possam atingir os consumidores finais de maneira mais compreensível. Em diversos grupos se levantou a necessidade de melhor definir e homogeneizar (dentro do possível) indicadores ambientais para estas boas práticas, assim como a necessidade de dar mais visibilidade a indicadores sociais e territoriais.



COMIDA
DO AMANHÃ